



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 134/2025**

Florianópolis, 15 de agosto de 2025.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa Minuta de Decreto que introduz a Alteração 4.934 no RICMS/SC-01.

A Alteração 4.934, com fundamento no art. 1º da Lei nº 19.390, de 25 de julho de 2025, modifica a Seção IV do Anexo 1 do RICMS/SC-01 para atualizar a lista de veículos automotores para transporte de mercadorias sujeitos à alíquota de 12% (doze por cento), prevista na alínea “f” do inciso III do *caput* do art. 26 do Regulamento.

A nova redação incorpora expressamente os veículos híbridos, classificados nas subposições 8704.4 e 8704.5 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), e os veículos elétricos puros, classificados na subposição 8704.60.00, que até então se sujeitavam à alíquota modal de 17% (dezessete por cento).

Com isso, equaliza-se o tratamento tributário entre veículos que desempenham a mesma função econômica, independentemente da tecnologia de propulsão utilizada, atendendo ao princípio da isonomia e harmonizando a norma estadual com diretrizes de política pública voltadas à transição energética e à proteção ambiental, conforme § 3º do art. 145 da Constituição da República.

Além da inclusão das novas categorias, a alteração promove a reorganização e simplificação da descrição das demais espécies de veículos previstas no item 4 da Seção IV, alinhando-as às atuais descrições e códigos da posição 8704 da NCM, o que contribui para maior clareza, precisão técnica e aderência às classificações adotadas no comércio internacional.

A medida também facilita a interpretação e aplicação da norma, o que reduz potenciais divergências de enquadramento e fortalece a segurança jurídica e a operacionalidade da fiscalização tributária.

Por fim, o art. 2º da minuta de decreto proposto prevê a entrada em vigor na data da publicação, estipulando a produção de efeitos a contar do dia 25 de julho de 2025, data de publicação e de início de produção de efeitos da Lei nº 19.390, de 2025.

Respeitosamente,

**CLEVERSON SIEWERT**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
**JORGINHO MELLO**  
Governador do Estado  
Florianópolis/SC

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

REDAÇÃO ATUAL			REDAÇÃO PROPOSTA			JUSTIFICATIVA		
Seção IV do Anexo 1			Alteração 4.934					
<p style="text-align: center;">ANEXO 1 PRODUTOS SUJEITOS A TRATAMENTO ESPECÍFICO</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Seção IV Lista de Veículos Automotores (Art. 26, III, "f")</p>			<p>A Seção IV do Anexo 1 passa a vigorar conforme redação constante do Anexo Único deste Decreto.</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">ANEXO ÚNICO</p> <p style="text-align: center;">"ANEXO 1 PRODUTOS SUJEITOS A TRATAMENTO ESPECÍFICO</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">Seção IV Lista de Veículos Automotores (Art. 26, III, "f")</p>			<p>A Alteração 4.934, com fundamento no art. 1º da Lei nº 19.390, de 25 de julho de 2025, modifica a Seção IV do Anexo 1 do RICMS/SC-01 para atualizar a lista de veículos automotores para transporte de mercadorias sujeitos à alíquota de 12% (doze por cento), prevista na alínea "f" do inciso III do <i>caput</i> do art. 26 do Regulamento.</p> <p>A nova redação incorpora expressamente os veículos híbridos, classificados nas subposições 8704.4 e 8704.5 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), e os veículos elétricos puros, classificados na subposição 8704.60.00, que até então se sujeitavam à alíquota modal de 17% (dezessete por cento).</p> <p>Com isso, equaliza-se o tratamento tributário entre veículos que desempenham a mesma função econômica, independentemente da tecnologia de propulsão utilizada, atendendo ao princípio da isonomia e harmonizando a norma estadual com diretrizes de política pública voltadas à transição energética e à proteção ambiental, conforme § 3º do art. 145 da Constituição da República.</p> <p>Além da inclusão das novas categorias, a alteração promove a reorganização e simplificação da descrição das demais espécies de veículos previstas no item 4 da Seção IV, alinhando-as às atuais descrições e códigos da posição 8704 da NCM, o que contribui para maior clareza, precisão técnica e aderência às classificações adotadas no comércio internacional.</p> <p>A medida também facilita a interpretação e aplicação da norma, o que reduz potenciais divergências de enquadramento e fortalece a</p>		
....	.....	.....	....	.....	.....			
4.	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS PARA TRANSPORTE DE MERCADORIAS		04.1	Dumpers concebidos para serem utilizados fora de rodovias	8704.10			
4.1	Com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)		04.2	Outros veículos, equipados para propulsão unicamente com motor de pistão, de ignição por compressão (diesel ou semidiesel)	8704.2			
4.1.1.	Caminhão de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	8704.21.0100	04.3	Outros veículos, equipados para propulsão unicamente com motor de pistão, de ignição por centelha (faísca)	8704.3			
4.1.2.	Caminhonetes, furgões, "pick-ups" e semelhantes de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	8704.21.0200						
4.1.3.	Caminhão de capacidade máxima de carga superior a 5 toneladas, mas não superior a 20 toneladas	8704.22.0100						

4.1.4.	Caminhão de capacidade máxima de carga superior a 20 toneladas	8704.23.0100	04.4	Outros veículos, equipados para propulsão simultaneamente com motor de pistão de ignição por compressão (diesel ou semidiesel) e motor elétrico	8704.4	segurança jurídica e a operacionalidade da fiscalização tributária.
4.2	Com motor de pistão, ignição por centelha (faísca)					
4.2.1.	Caminhões de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	8704.31.0100				
4.2.2.	Caminhonetes, furgões, “pick-ups” e semelhantes de capacidade máxima de carga não superior a 5 toneladas	8704.31.0200				
4.2.3.	Caminhões, pesando acima de 4.000 kg de capacidade de carga máxima de carga superior a 5 toneladas	8704.32.0100				
4.2.4.	Outros de carga máxima de carga superior a 5 toneladas	8704.32.9900				
....	.....	.....				
			“ (NR)			
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA			REDAÇÃO PROPOSTA			JUSTIFICATIVA
			Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 25 de julho de 2025.			O art. 2º da minuta de decreto proposto prevê a entrada em vigor na data da publicação, estipulando a produção de efeitos a contar do dia 25 de julho de 2025, data de publicação e de início de produção de efeitos Lei nº 19.390, de 2025.

--	--	--